



## DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS ENTRE A AGROECOLOGIA E A CULTURA POPULAR CAMPONESA PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA BRASILEIRA

Dialogues and Convergences between Agroecology and Peasant Popular Culture for  
the Brazilian Agroecological Transition

Caio de Meneses Cabral<sup>1</sup>, David Hernández Gallar<sup>2</sup>, Isabel Sanchez Vara<sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar a importância da relação entre a Cultura Popular Camponesa e a Agroecologia para o fortalecimento dos processos de transição agroecológica em distintos territórios e realidades brasileiras. Para isso, buscou-se apresentar experiências camponesas que utilizaram a cultura popular como ferramenta para desenvolver estratégias de resistência frente às distintas ameaças e desafios que enfrentam. O diálogo convergente entre esses dois campos representa a ampliação do fazer agroecológico na medida em que amplia e qualifica seu horizonte de ação, bem como visibiliza e reconhece a participação dos diversos sujeitos. Dessa forma, se por um lado a Agroecologia reconhecendo a Cultura Popular Camponesa tende a qualificar e fortalecer seu processo de transição agroecológica, por outro, em diálogo com a Agroecologia, os camponeses, a partir de sua cultura popular, apontam para um caminho estratégico para reafirmarem sua identidade e fortalecerem suas ações.

**Palavras-chaves:** Fazer Agroecológico. Território. Identidade. Resistência.

### ABSTRACT

The aim of this study is to present the importance of the relation between the peasant Popular Culture and Agroecology to strengthen the processes of agroecological transition in different territories and Brazilian realities. For this purpose, we sought to present peasant experiences that used popular culture as a tool to develop resistance strategies against the different threats and challenges they face. The convergent dialogue between these two fields represents the expansion of agroecological making to the extent that it expands and qualifies its horizon of action and presents and recognizes the participation of the several subjects. Thus, if, on the one hand, agroecology recognizing the peasant popular culture tends to qualify and strengthen its process of agroecological transition, on the other, in dialogue with Agroecology, the peasants, from their popular culture, point to a strategic path to reaffirm their identity and strengthen their actions.

**Keywords:** Agroecological Making. Territory. Identity. Resistance.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí – Campus Professora Cinobelina Elvas. E-mail: caiodemeneses@gmail.com.

<sup>2</sup> Universidad de Córdoba - ISEC. E-mail: fs2gahed@uco.es.

<sup>3</sup> Universidad de Córdoba - ISEC. E-mail: isabel.vara@uco.es.

**Recebido em:**

22/05/2019

**Aceito para publicação em:**

12/08/2019

**Correspondência para:**

caiodemeneses@gmail.com

## Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar a importância da relação entre a Cultura Popular Camponesa e a Agroecologia para o fortalecimento dos processos de transição agroecológica em distintos territórios e realidades brasileiras. Para isso, demonstrar a potência advinda de experiências camponesas concretas e a convergência que há entre o fazer agroecológico e as expressões da Cultura Popular Camponesa, tem sido a chave de leitura que orienta esta análise, bem como uma tentativa de ampliação do fazer/refletir sobre as experiências em si.

A Agroecologia tem conseguido avançar, baseada na teoria da complexidade (COSTA GOMES, 2005; MORIN, 2006), como uma ciência, um movimento e uma prática (PETERSEN, 2017) capaz de atuar de maneira sistêmica, para compreender e transformar a realidade dos territórios e problematizar sobre os modelos de desenvolvimento rural implementados no Brasil. Sobretudo, nos últimos quinze anos, não só no país, mas na América Latina, o encontro de diversos setores da sociedade, com o objetivo de fortalecer a Agroecologia, fez acelerar seu processo de institucionalização em Universidades e Institutos nas ações de ensino, pesquisa e extensão, além de avançar na construção de políticas públicas diversas do campo agroecológico (ROSSET e ALTIERI, 2017), como as políticas de Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO no Brasil. A Agroecologia tem conseguido organizar um cenário de atuação coletiva entre múltiplos sujeitos políticos na busca de concertação e construção de outras formas de reconhecer e atuar no meio rural (PETERSEN, 2017).

Cientistas, técnicos, sociedade civil organizada e movimentos sociais de luta pela terra, feministas, quilombolas, indígenas, jovens, têm vislumbrado na Agroecologia um caminho para fazer transformações no meio rural brasileiro. Num movimento confluyente, a Agroecologia tem conseguido reconhecer a multiplicidade das questões trazidas, bem como as desigualdades e opressões vivenciadas nos territórios. A Agroecologia tem dado visibilidade às distintas contribuições desses sujeitos no fortalecimento dos territórios, levando a uma ampliação ou alargamento de seu conceito e, principalmente, das práticas agroecológicas.

Essa ampliação do conceito de Agroecologia vem incorporando no fazer agroecológico essas novas, porém antigas, questões e bandeiras de luta e atuação. Como consequência dessa amplitude, ao observar os dois últimos Encontros Nacionais de Agroecologia – ENA's (Juazeiro – BA, em 2014, e Belo Horizonte – MG, em 2018) e os dois últimos Congressos Brasileiros de Agroecologia – CBA's (Belém – PA, em 2015, e Brasília – DF, em 2017) percebe-se que a Agroecologia tem assimilado essas temáticas e refletido em debates e trabalhos científicos de forma veemente. Assim, a Agroecologia tem ousado construir com os sujeitos nos diversos territórios este fazer, para que seja reflexo da realidade vivida e, ao mesmo tempo, aponte para a melhoria do mundo rural brasileiro em todas as dimensões da sustentabilidade (PETERSEN, 2017).

Dentre essas novas/velhas questões está a necessidade de incorporar a Cultura Popular Camponesa como elemento mobilizador para os processos de transição agroecológica e para a Agroecologia. A proposta se baseia nas convergências entre estes dois campos, na medida em que a Agroecologia – enquanto Ciência, Movimento e Prática – tende a reconhecer os saberes tradicionais como dimensão fundamental da vida no meio rural e, como tal, deve buscar se aprofundar no entendimento das formas de sociabilidade e de reprodução da cultura dos povos rurais, como uma estratégia de fortalecimento de seus processos de transição agroecológica nos distintos territórios.

Nesse movimento, relacionar a Cultura Popular Camponesa e a Agroecologia é tarefa fundamental desde um ponto de vista teórico, para a compreensão de ambas e para o vislumbre de um modo de vida camponês – que pode ser tradicional e moderno, que está pautado na ideia do Bem Viver, como um projeto em contraposição ao modelo econômico capitalista, excludente e desigual. Também para atuar no reconhecimento da diversidade de povos e sujeitos, no valor espiritual e material das práticas sociais, no ato celebrativo, nas práticas produtivas e nas diversas expressões que compõem as resistências camponesas, reconhecidas tanto nas suas ações diretas ou de enfrentamentos, como em suas formas sutis e cotidianas (SCOTT, 2002).

É nesse cenário que surgem as questões que serão trabalhadas neste artigo, reconhecendo que tanto a Agroecologia quanto a Cultura Popular Camponesa representam caminhos de fortalecimento e reprodução para os territórios, e deste modo postas em diálogo podem representar o fortalecimento de ambas e das comunidades rurais camponesas.

## Metodologia

Este estudo se desenvolveu a partir de uma abordagem sistêmica, baseada na Teoria da Complexidade (Morin, 1996), para poder estabelecer, por um lado, a relação (e não a separação) entre as práticas de produção, reprodução e a vida camponesa, bem como, por outro lado, a relação entre a Agroecologia e a Cultura Popular Camponesa.

Desse modo, o enfoque buscou demonstrar as conexões entre o ser camponês que produz alimentos, mas também produz sentidos e expressões nesse fazer, não caindo na armadilha de tentar separar essas dimensões, que empobrece as análises da vida camponesa, como alerta Brandão (2009):

[...]os dois lados da vida rural, descritos e escritos em separado, dividido entre teorias, vocações e olhares colocariam em um ponto extremo a antropologia da prática econômica e, no outro, a antropologia do processo ritual... houve no passado e, na verdade, existem até hoje, no entanto, inúmeras situações em que o trabalho produtivo e o trabalho simbólico fundem seus tempos e as lógicas de suas relações sociais[...] (BRANDÃO, 2009, p. 40).

Buscou-se, outrossim, compreender como a Cultura Popular, como parte da vida Camponesa, pode se relacionar com a Agroecologia em seus conceitos e práticas.

Para apresentar essa relação entre Agroecologia e Cultura Popular Camponesa, foram analisadas experiências de territórios no Brasil e em outros dois países que, a partir da preservação e/ou renovação de seus costumes tradicionais, puderam reativar e ressignificar a sua identidade camponesa, fortalecendo e dando novos sentidos às práticas de resistência e seu viver nos territórios.

As experiências trazidas para reflexão estão dispersadas em espaços e tempos distintos e contextos diversos. No entanto, não há relação direta ou comparativa com processos de transição agroecológica, e sim experiências concretas de lutas e avanços, como exemplos singulares (e não exclusivos) a serem observados e compreendidos. São experiências de povos que possuem múltiplas identidades e que vivenciaram desafios e enfrentaram ameaças com semelhantes estratégias culturais.

São experiências de povos camponeses, indígenas e sem-terra. A intenção é mostrar que os povos do campo, em sua diversidade, têm sua cultura também como um instrumento de fortalecimento de sua identidade e têm clareza da importância desses elementos para a sua reprodução e luta.

Para Scott (2002), essas práticas, muitas vezes, rompem com a visão tradicional da luta política e devem ser reconhecidas como formas cotidianas de resistências, em que, muitas vezes, não são percebidas como tal, e reconhecidas como práticas políticas. Segundo o autor “toda história ou teoria da ação política dos camponeses que queira fazer justiça ao campesinato como ator histórico deve, necessariamente, ajustar suas contas com o que estamos chamando de “formas cotidianas de resistência” (SCOTT, p. 13).

A perspectiva de Cultura Popular Camponesa utilizada nesse ensaio se baseou no que é vivido nos territórios, mas que não está, diretamente, ligado ao trabalho produtivo, sob um olhar que se apoia na ideia de que o meio rural, para além de produção de alimentos, expressa toda a vida, o bem-estar, a cultura, a criatividade, a festa, a conservação, as práticas ancestrais de cuidados, de solidariedade e reciprocidade (PLOEG, 2008; BRANDÃO, 2009).

A ideia é apresentar elementos que possibilitem uma reflexão sobre como a cultura popular se expressa nos territórios, fortalecendo as raízes camponesas, e como essa força tem dialogado ou pode dialogar com a Agroecologia, como campos convergentes.

A partir do levantamento bibliográfico, fez-se uma relação entre Cultura Popular Camponesa e Agroecologia. Buscou-se um diálogo com os conceitos de Agroecologia que apontam para a importância da dimensão cultural existente nesses espaços, quanto ao que é vivido culturalmente nos territórios, no que se refere ao fortalecimento dos sujeitos envolvidos.

## Desenvolvimento

O conceito de Cultura utilizado neste artigo utiliza-se da concepção tida por Thompson (1998), que opta por trabalhar de maneira genérica quanto ao termo, por acreditar que buscar seu escrutínio pode tornar muitas vezes o discurso do conhecimento uma tarefa mais complicada do que deveria. Esse é um conceito vasto e seu entendimento pressupõe uma diversidade de sentidos que comumente são buscados em estudos culturais. Neste caso, o foco é o mundo da cultura camponesa.

De todo modo, para orientar essa reflexão, evoca-se o que foi trazido por Claval (1999), de que a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e valores. Uma herança transmitida entre gerações desde tempos antigos, tendo sua raiz no território. Segundo o autor, a cultura de um povo não é um organismo fechado e, quando entra em contato com outra, pode gerar conflitos, porém, na maioria das vezes, estabelece um processo enriquecedor. Para ele, a cultura é individual e, também, coletiva, e é transformadora, na medida em que seus sujeitos estão sempre buscando a melhoria do espaço em que vivem (CLAVAL, 1999).

Aproximando a discussão para um conceito de Cultura Popular Camponesa, ao estudar a cultura plebeia inglesa, Thompson (1998) resume que cada cultura possui sua originalidade, no entanto, se comparada com outras culturas no mundo, poderão ser observadas muitas semelhanças que dizem respeito a um tipo de ocupação territorial camponesa. Segundo ele, a cultura está arraigada a uma realidade material e social da vida e do trabalho, bem como expressa uma necessidade da ação coletiva e de expressão de sentimentos e emoções.

Nesse sentido, Brandão (2009) observa que a cultura camponesa une trabalho e festa na vida toda, sendo o trabalho o gerador dos frutos da terra e a festa a celebração dos seres. Acredita este autor que “[...] entre a cultura e a razão prática existe algo mais” (BRANDÃO, 2009, p. 41).

A Cultura Popular Camponesa é a imagem viva sobre um saber-fazer e um sentir-pensar que são intrínsecos à própria existência da vida rural tradicional. Essa prática, talvez, seja a própria manifestação de seus costumes tradicionais (THOMPSON, 1998). Sua memória vibra em seu modo de vida (BARRERA-BASSOLS e TOLEDO, 2008). Sua sabedoria é ativada por sua territorialidade. Quiçá, seu viver é a mais límpida interpretação de seu processo de co-evolução com a natureza (COSTA, 2017). E essa cultura camponesa tem-se estabelecido há pelo menos 10 mil anos (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Sua forma de fixação e evolução no espaço e no tempo tem a própria diversidade e especificidade territorial como características centrais. Segundo Barrera-Bassols e Toledo (2008), cada território tradicional possui o resultado do processo de co-evolução entre natureza e sociedade, que podem ser observadas na cultura, na biodiversidade, na genética, na linguística, no cognitivo, no agrícola e no paisagístico.

Todavia, o que se pretende aqui não é remontar o Estado da Arte da ocupação territorial dos povos tradicionais (MAZOYER e ROUDART, 2010), tampouco esgotar o conceito de Cultura, o que não prenderá este trabalho em refazer o caminho percorrido pelas civilizações rurais. Pretende-se sim, compreender quais processos de territorialização estão enraizados em diversas dimensões da vida humana; se desses movimentos surgem pistas que podem contribuir para o entendimento desses territórios; e os desafios atuais que os povos enfrentam no mundo moderno, de onde vem sua resistência e por que permanecem. Urge compreender como a Cultura Popular Camponesa tende a se relacionar com a Agroecologia, como se retroalimentariam.

O resultado desse processo de desvelamento da vida no campo são as distintas formas de organização que foram construídas durante o tempo pelas comunidades rurais, gerando relações

diretas com a natureza de cada lugar e com o modo de vida ali experienciado. Esse processo de co-evolução se materializa nas diferentes culturas que existem no planeta, o que faz com que cada território seja único e possua seus próprios vínculos existenciais, mesmo compartilhando de costumes comuns com outros povos. Ou seja, cada povo gerou seu entendimento local e esse conhecimento permite a interpretação dos fenômenos (vivos ou não) essenciais para sua reprodução.

Além disso, esse conhecimento não é meramente agrícola, senão baseado numa cosmovisão que torna esses sujeitos seres complexos e protagonistas de seu processo social. Essa forma particular e plural de ler o mundo geralmente não é negociada, porque constitui a identidade de cada povo e sua idealização da vida. Segundo Barrera-Bassols e Toledo (2008), essa cosmovisão tão cara aos povos tradicionais, relaciona a sociedade e a natureza em valores profundos (como um “axioma cultural”), pois já se sabe que os lugares de maior biodiversidade do planeta são, também, aqueles onde se verifica a maior quantidade de diversidade cultural. Isso porque a natureza, considerada como o centro do universo, o núcleo da cultura e a origem da identidade étnica, é tratada como sagrada e inalienável, e não como mero recurso econômico.

Essa simbiose parece construir uma relação tão elementar para a reprodução da vida camponesa, que a perda desse território poderia gerar a perda da própria cultura local. Talvez, por esse motivo também está relacionada à vida rural uma prática de resistência e de defesa de seus costumes e territórios. Saber de onde vem essa resistência, como ela é gestada e quais são os elementos inalienáveis de pertencimento que marcam a vida de um povo camponês em um determinado território e contexto são caminhos a percorrer para compreender esta inter-relação.

É fundamental firmar que a compreensão de território que aqui se pontua não é a de harmonia e concertação, senão a de conflitos e disputas. É no sentido do que diz Souza (2000) e Haesbaert (2007), que o território é um espaço definido e delimitado a partir de relações de poder, que vai além de entender as características geoecológicas, os recursos naturais, o que se produz e a identidade dos grupos que ocupam um determinado espaço agrário. É necessário compreender os conflitos que se desenvolvem no território, quem domina e influencia nas decisões, suas contradições sociais, seus campos de força política e a teia de relações estabelecidas pelos grupos sociais.

Olhando para algumas experiências, percebe-se relações entre o povo e território que ajuda a compreender esse movimento. A literatura revela uma diversidade de comportamentos de povos que resistem para proteger sua identidade e manter, também, seus territórios. Esses comportamentos têm semelhanças com o que vem sendo desenvolvido pelo movimento agroecológico, de maneira que pode-se afirmar que é possível fazer uma relação convergente entre a Cultura Popular Camponesa e a Agroecologia.

Quando Zibechi (2019) revela em seus estudos sobre o movimento zapatista, que aquele povo tradicional quando estava em plena atividade de luta pela reconquista de Chiapas (entre México e Guatemala) – seu território ancestral – tinha claro que não se estava reconquistando meramente a terra onde produzir alimentos, mas também, seu modo de vida, talvez nos dê pistas sobre o que signifique essa prática de resistência dos povos tradicionais. Segundo o autor, o que os zapatistas buscavam, na verdade, era seu território sagrado, onde construíram sua cultura, seu modo de vida. Estavam lutando por uma parte deles que havia sido roubada. Algo que, se não reconquistassem, tampouco conseguiriam viver em plenitude (ZIBECHI, 2019).

É nessa mesma corrente de pensamento, de que a vida acontece no território, que o movimento agroecológico tem compreendido a Agroecologia. De maneira que afirma-se que é no território que as experiências agroecológicas afloram e que é na disputa pelos territórios que se pode lutar pelo avanço do movimento agroecológico (PETERSEN et al., 2017).

Essa abordagem sistêmica que compreende a Agroecologia não apenas como uma Ciência nem como um modo de produção de alimentos, tem gerado a possibilidade de ampliar e qualificar seu campo de ação. Isto contribui para romper com uma lógica que, segundo Brandão (2009), historicamente tem separado dois lados da vida rural, o da prática econômica (representado pelo trabalho) e o lado do processo ritual (representado pelo não-trabalho). Essa compreensão complexa da

vida rural concebe à Agroecologia uma ação contextualizada, que reconhece nos sujeitos rurais o seu papel protagonista.

Esse espaço de diálogos e ações garante um ambiente de afloramento das identidades territoriais, capaz de construir processos de transição agroecológica que não atropelam o tempo nem o espaço vividos pelos sujeitos do campo e reafirma a Agroecologia, também, como uma bandeira de luta.

A transição agroecológica, segundo Costabeber e Moyano (2000), pode ser entendida como um processo de mudança social ou como o resultado de estratégias inerentes aos atores e grupos sociais, surgidas como consequência da confrontação de interesses distintos e contraditórios. Uma das características desse processo é a mudança e adequação gradual das práticas agrícolas. Mas não apenas no campo produtivo, a transição, segundo Costabeber e Moyano (2000), deve atentar para as dimensões social e ambiental dos territórios, a fim de estabelecer um quadro teórico que permita a compreensão dos atores sociais envolvidos nos processos de mudança e atentar para as formas de organização e associação presentes nessa reconstrução da experimentação social para buscar estilos de agricultura de base ecológica.

É nesse sentido, de perceber o protagonismo dos camponeses para os processos de sua vida e sobre as ações desenvolvidas em seus territórios, que Freire (2007) sinaliza que:

[...] a ação cultural como a entendemos não pode, de um lado, sobrepor-se à visão do mundo dos camponeses e invadi-los culturalmente, de outro, adaptar-se a ela. Pelo contrário, a tarefa que ela coloca ao educador é a de, partindo daquela visão, tomada como um problema, exercer, com os camponeses, uma volta crítica sobre ela, de que resulte sua inserção, cada vez mais lúcida, na realidade em transformação (FREIRE, 2007, p. 41).

E nessa disputa pelos territórios e concepções, não só os zapatistas, senão vários povos tradicionais foram ou são contundentemente ameaçados por diversos fatores que põem em risco seu modo de vida. No caso dos zapatistas, eles sentiram na pele retrocessos provocados pela invasão europeia ao seu território, iniciada entre os séculos XV e XVI, tendo seu modo de vida ameaçado em detrimento de uma outra epistemologia trazida do outro lado de seu mundo e imposta como o único caminho a ser seguido naquele momento (ZIBECHI, 2019).

Nesse sentido, considera-se importante chamar esse fato para reflexão, porque, historicamente, a vida tradicional (que não está isolada do mundo) sofre influências, não apenas por conta da invasão europeia às Américas. É dessas ameaças que surgem estratégias de reafirmação e de resistência dos povos e sujeitos, importantes para o objeto desse estudo, uma vez que a Agroecologia tem compreendido os processos de organização política vividos nos territórios como fundamentais para a reprodução da vida (ROSSET e ALTIERI, 2017).

Outro exemplo de conflito cultural que fez emergir movimentos de resistência camponesa e chama a atenção por sua força, aconteceu no período da Revolução Industrial na Inglaterra, quando os camponeses tiveram seus costumes ameaçados pela racionalidade construída na época. Num período em que as máquinas começaram a transformar os modos de produção e o capitalismo se lançou como corrente econômica maestra dos desígnios da sociedade, a vida camponesa foi confrontada e pressionada a se adequar à esse novo tempo.

Vivenciando o auge desse conflito, a teia de saberes e costumes comuns daquele campesinato foi posta à prova e se organizou para resistir àquele outro modelo. Segundo Thompson (1998), nesse momento, enquanto os proprietários de terras e donos dos meios de produção imprimiam uma política que desvalorizava a cultura e os valores camponeses, aquelas comunidades tradicionais foram buscar em seus códigos territoriais e em suas crenças, as estratégias para utilizar sua cultura popular como instrumento de resistência territorial e de reprodução, utilizando-a como uma ferramenta de militância política (THOMPSON, 1998).

Segundo Rosset e Altieri (2017), a Agroecologia tem pensado essa dimensão política na América Latina, adotando visões e estratégias que dialogam com as pessoas que resistem ao controle de seus

territórios por instituições externas. A Agroecologia Política tem, assim, compreendido que a escala dessa luta dá-se nos territórios, tendo como principais protagonistas os movimentos sociais e as organizações de base de cada local.

Daí o entendimento da vida camponesa a partir da busca pelo Bem Viver, da criatividade cultural, das relações comunitárias, do controle das pessoas sobre suas próprias vidas, da cosmovisão dos povos, de suas formas simbólicas de compreensão, de suas relações de reciprocidade. Essa perspectiva tem dado à Agroecologia um patamar de se firmar (como assim o faz os camponeses) como um modo de vida, um modo de ser, de compreender, de viver, de sentir o mundo e resistir (ROSSET e ALTIERI, 2017).

Essa reação, muitas vezes expressada em situações de conflito, vista nos dois exemplos acima (povos zapatistas e os camponeses ingleses) como forma de proteção do território, não necessariamente é vivenciada como algo negativo para os povos tradicionais e não pode ser compreendida como um comportamento de tentativa de isolamento desses povos. Deve sim, chamar a atenção para buscar compreender como se dão as ameaças e como as comunidades se comportam diante delas, além de como se organizam para não perder seu modo de vida em detrimento de outro.

Esse código de resistência praticado no cotidiano e ativado como instrumento de luta marca fortemente a identidade de povos que não abrem mão de seu território. Essa força em diálogo com a Agroecologia, pode gerar um fortalecimento mútuo para o enfrentamento das ameaças e para a celebração da fartura da vida. Um modo de vida camponês agroecológico.

Noutro caso semelhante de resistência camponesa a partir da identidade cultural, Antônio Cândido (1975), ao estudar o povo caipira no Brasil, trouxe evidências de um movimento de mistura entre culturas quando diferentes povos passam a conviver e disputar um mesmo território. Os caipiras, constituídos a partir da miscigenação de povos originários, europeus e africanos, como um grupo múltiplo, conflituoso, miscigenado, com toda a complexidade histórica que foi seu surgimento, na década de 70 defendiam seu modo de vida contra toda uma investida da modernização rural que ainda hoje ameaça a vida camponesa. Evocando seus costumes tradicionais para a proteção de seu território de vida, os caipiras tinham claro o que negociar quando optavam por transformar sua organização social frente ao surgimento do seguimento moderno do desenvolvimento da agricultura brasileira, de maneira que sua reprodução enquanto povo estivesse garantida (CÂNDIDO, 1975).

Esses critérios de transformação estabelecidos pelos camponeses em seus territórios têm sido objetos de estudos no campo da Agroecologia, o que tem demonstrado uma íntima relação entre as características próprias dos territórios e as estratégias de reprodução da vida tradicional. Para Rosset e Altieri (2017), o que fortalece o vínculo dos camponeses com seu território são valores culturais e formas de organização social coletivas, em que a maioria dos camponeses possuem um conhecimento íntimo de seus arredores culturais e geográficos, fruto de um processo de co-evolução cultural e biológica.

Também exemplo de luta pelo território e pelo reerguimento de sua identidade, nesse caso indígena, tem-se a experiência do povo Xucurú que, segundo Araújo (2019), teve seu território atacado já em meados de 1650 pelos portugueses e pela Igreja. Para o autor, o povo Xucurú, hoje concentrado no estado de Pernambuco, mas que se estendia, também, entre Paraíba e Rio Grande do Norte, recebeu sucessivos ataques do próprio Estado brasileiro, de fazendeiros e oligarquias locais, e acumulou perdas durante séculos. O território atualmente está demarcado e o processo de organização e luta se animou, principalmente para reconquistar a terra perdida e a identidade étnica (ARAÚJO, 2019).

A questão identitária, na atualidade, é central para os Xucurús, que buscam na memória das pessoas de mais idade (conhecidas como troncos-velhos) elementos de resgate e fortalecimento da sua identidade. Os Xucurús possuem estratégias de transmissão de sua cultura indígena para as gerações mais novas (conhecidas como pontas-de-rama), para garantir a reprodução de sua identidade e de sua resistência no território. Os Xucurús dialogam com os princípios da Agroecologia para qualificar seus processos de resgate identitário, estando em pleno desenvolvimento de ações de recuperação de sua língua materna, de suas sementes crioulas e de suas práticas ancestrais de agricultura tradicional (ARAÚJO, 2019).

Ainda no Brasil, se observa um esforço de famílias sem-terra, que buscam a recuperação e renovação de sua cultura popular camponesa. Caldart (2017) revela que nos assentamentos da reforma agrária organizados pelo Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST, milhares de famílias brasileiras, ao ter perdido e/ou estado sem território para se reproduzir no campo, buscaram, através de expressões artísticas como a música, a dança e a poesia, elementos para reconstrução de sua identidade, evocando do lúdico a aproximação indissociável entre as pessoas e delas com a natureza de seus assentamentos rurais (CALDART, 2017).

Diversos movimentos sociais têm assimilado a Agroecologia em suas práticas e em seu discurso, de maneira a potencializar a compreensão do processo de reforma agrária para mais além que a aquisição da terra. Este diálogo potente com a Agroecologia, segundo De Carli (2013), fez o MST instituir essa bandeira política para fortalecer sua contraposição ao modelo agrícola hegemônico e para se integrar aos debates da sustentabilidade, qualificando sua prática e seu discurso no processo de luta pela reforma agrária no Brasil.

Trazendo para uma dimensão afetiva e lúdica da vida dos camponeses brasileiros, Brandão (2009) elucida as manifestações em que trabalho e festa se unem no cotidiano de maneira expressiva e enraizada em comunidades de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo, e que nesses lugares seria impossível separar esses dois momentos. Seja para momentos de plantio, de colheita, para contribuir de alguma maneira com alguém que esteja precisando de ajuda ou, simplesmente, para se encantar com a vida, essas comunidades guardam práticas de rituais em que trazer o lado lúdico da vida e a coletividade e reciprocidade são imprescindíveis para a própria vida. Para Brandão (2009), não se pode compreender essas comunidades sem levar em consideração suas expressões artísticas e suas celebrações.

É a partir dessas convergências que se busca compreender os territórios e os processos de transição agroecológicas, à luz da Cultura Popular Camponesa, percebendo as várias expressões de resistência que surgem dos territórios camponeses que estão relacionadas com os costumes e as tradições dos povos. Tão variadas quanto as próprias ameaças que esses territórios sofrem. Em diferentes lugares, épocas e contextos, comunidades tradicionais buscaram em sua identidade, em seu sentido de pertencimento ao lugar, as estratégias para resistir às ameaças de desorganização de sua teia de saberes.

Saber como essa Cultura Popular Camponesa se transforma em práticas de resistência e como ela é ativada e expressada no cotidiano; saber como alimenta e recorre à sua memória, como transmite conhecimentos entre gerações, o valor que presta à oralidade, à crença, à festa, parece tarefa fundamental para a Agroecologia poder compreender essa realidade, fortalecer seus processos de diálogo com os camponeses e a transição agroecológica nos territórios.

Esses territórios multiculturais, conflituosos e únicos em seus processos sócio-históricos são os ambientes da Agroecologia, da transição agroecológica. Mas como a Agroecologia tem dialogado com a Cultura Popular Camponesa? Como a Agroecologia, com o alcance que propõe exercer, tem percebido e se inserido nas práticas de resistência tradicionais para potencializar seus processos de transição agroecológica e contribuir para o fortalecimento das comunidades rurais?

A Agroecologia tem se construído, segundo Caporal (2004), como um novo paradigma do desenvolvimento rural sustentável, ao mesmo tempo em que é o enfoque científico capaz de propor o redesenho de agroecossistemas ou propriedades rurais na recondução do processo produtivo para agriculturas mais ecológicas e sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico, social, ético, político e cultural. Todavia, faz necessário entender qual a contribuição da Agroecologia para a cultura e, também, como potencializar essa relação entre ambas. Entender como os camponeses tem feito e como poderiam fazer a relação entre sua Cultura Popular e a Agroecologia.

Para Caporal (2004), o resgate dos conhecimentos tradicionais indígenas, quilombolas e camponeses e a luta pela terra se tornaram fundamentais para a instauração de processos de transição agroecológica. O lugar que a Cultura Popular Camponesa ocupa nesse processo é questão central para balizar o resgate desses conhecimentos tradicionais.



Para Casado et al. (2000), a Agroecologia reivindica a necessária unidade entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais, a fim de compreender a relação existente entre processos agrônômicos, sociais e econômicos, bem como a relação entre os seres humanos e os recursos naturais.

A forma como a academia tem estabelecido as relações entre a Cultura Popular Camponesa e a Agroecologia pode ser um instrumento dessa aproximação, expressa, dentre outras formas, nos trabalhos recentes do movimento agroecológico. Estabelecer processos de aproximação entre as Ciências Sociais e Naturais, a partir da relação que as comunidades camponesas fazem entre cultura e natureza, aparenta ser um processo interdisciplinar e multidisciplinar interessante a ser potencializado pela Agroecologia.

Dando luz à esse processo de aproximação com a Cultura Popular Camponesa e com o diálogo entre os sujeitos, vale destacar que o CBA de 2019 traz como questão central essa perspectiva para a construção de uma abordagem sistêmica. Com o tema Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistema Agroalimentares, há cada vez mais evidências de que o fazer agroecológico tem acompanhado o próprio fazer dos povos camponeses.

Para Altieri (1987), a Agroecologia pode ser definida como o enfoque metodológico e teórico capaz de estudar as atividades agrárias desde uma perspectiva ecológica. Nesse sentido, esse autor considera que a Agroecologia tem se apresentado como uma ciência ou campo do conhecimento capaz de responder ao paradigma da sustentabilidade da agricultura, de forma multidimensional. Isso, porque a Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação das comunidades venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento (ALTIERI, 1987).

No entanto é necessário saber em que medida a Cultura Popular Camponesa tem se inserido na concepção e na prática das organizações que trabalham com a transição agroecológica nos territórios e que ferramentas metodológicas estão sendo buscadas e/ou pensadas para potencializar a relação da Cultura com a Agroecologia.

Para Gliessman (1998), a Agroecologia fornece as bases científicas e não-científicas, os princípios, os conceitos e as metodologias que orientam o redesenho do agroecossistema na transição agroecológica, que compreende a mudança de um modelo de desenvolvimento e agricultura industriais para modelos de desenvolvimento e de agriculturas sustentáveis (GLIESSMAN, 1998). Como alcançar esses objetivos, à luz da realidade brasileira, sem evocar os códigos da Cultura Popular Camponesa? O que é a transição agroecológica para as famílias camponesas do Brasil?

Não obstante, a transição agroecológica deve pressupor, também, a mudança na forma de pensar e fazer o mundo, tratando-se de uma diretriz que perpassa o trabalho, sendo, da mesma forma, fundamental ser desenvolvida no campo do simbólico. Para ser alcançado, há uma necessidade de mutação de valores atualmente praticados pela sociedade, acumulados desde as revoluções industriais, num movimento de des-construção do saber e da prática (CABRAL, 2015).

Para Leff (2001), a sociedade tem um problema de valores adquiridos e só dará conta de mudar esse contexto se transformar sua episteme. Só abandonando verdades absolutas, abdicando de preconceitos teóricos e práticos e acessando novos conhecimentos, novas formas de estudar e novas formas de pensar, poder-se-á mudar, também, a forma de agir (LEFF, 2001).

E nessa problemática, historicamente as comunidades camponesas e sua cultura popular têm sido marginalizadas em detrimento de outra proposta de desenvolvimento, que nega os saberes tradicionais e reafirma um modelo dito moderno de produção excludente e insustentável. Para Wandreley (1996), essa exclusão se materializa no não acesso à terra e às políticas públicas de qualidade e na precarização dos direitos mais básicos da população rural, como saúde, moradia, educação, segurança e lazer.

Segundo Wandreley (2004), a vida tradicional supõe, então, a tentativa sistemática de dispersão dessa população, a ausência do poder público e da maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados na área urbana. Como consequência, o rural está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. É na inter-relação entre

a Agroecologia e a Cultura Popular Camponesa que se pode pensar estratégias de resistência para enfrentar as opressões e amenizar os danos causados pelo desenvolvimento rural capitalista no campo brasileiro.

É a partir dessas questões que se percebe a potência que é gerada ao relacionar a Cultura Popular Camponesa com a Agroecologia para o fortalecimento dos processos de transição agroecológica. Olhar para o território na perspectiva de compreender essa relação e militar por ela parece ser um caminho de fortalecimento da vida rural camponesa.

É nesse contexto que se torna fundamental compreender como a Agroecologia e a Cultura Popular têm se relacionado nos territórios rurais do Brasil. Quais experiências concretas têm apontado para o desenvolvimento dessa relação e quais são os resultados dessa prática relacional no fortalecimento dos processos de transição agroecológicos. Que lugar a Cultura Popular Camponesa ocupa na Agroecologia.

Se a Cultura Popular Camponesa estiver ativa no território, a partir de suas práticas simbólicas de reprodução, deve ser considerada como fator fundamental ao processo de transição agroecológica, pois evoca nos sujeitos do campo a sua identidade e seu pertencimento ao território. Outrossim, esses elementos endógenos das pessoas fazem parte de sua vida e a Agroecologia não pode se desenvolver sem a compreensão de que o modo de vida camponês está muito além do trabalho e se manifesta em todas as dimensões que cada povo construiu para si. Se os camponeses não separam de um lado as coisas e do outro a vida, tampouco a Agroecologia deve fazê-lo.

Por outro lado, se a Cultura Popular Camponesa estiver enfraquecida pelos mais diversos motivos que pode fazê-la enfraquecer (invasão cultural, Revolução Verde, êxodo rural), deve ser objetivo da Agroecologia reanimar essa força que, quando pulsa no território, fortalece as comunidades rurais. O processo de transição agroecológica tem o desafio de incorporar a Cultura Popular Camponesa para se consolidar. E a Cultura Popular Camponesa pode se fortalecer através da Agroecologia. Ademais, se a identidade não está aflorada, se os costumes não estão vivos, o que resta às comunidades camponesas?

## Considerações finais

A Cultura Popular Camponesa tem se reproduzido não apenas como uma expressão do modo de vida camponês, senão também, como uma estratégia de fortalecimento dos povos em seus territórios. Ao preservar seus costumes e tentar conduzir entre gerações seus códigos locais e de pertencimento, os camponeses têm fortalecido não apenas sua própria identidade, mas desenvolvido estratégias de resistência para a proteção de seus territórios. Buscar o diálogo com a Agroecologia, a partir de sua cultura, parece ser um caminho estratégico para os camponeses reafirmarem sua identidade e fortalecerem suas ações.

Por outro lado, a Agroecologia tem ampliado seu conceito e seu fazer agroecológico para assimilar as realidades vividas nos territórios, qualificando e contextualizando suas ações. A partir de uma abordagem sistêmica, a Agroecologia, reconhecendo a Cultura Popular Camponesa como questão imprescindível, tende a buscar o diálogo com essa realidade a fim de qualificar e fortalecer seu processo de transição agroecológica nos territórios brasileiros.

## Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 110p.
- ARAÚJO, A. L. O. **Reorganización social de los Xukuru do Ororubá y los desafíos para una agricultura y una gestión territorial sostenibles: Resistencias e innovaciones socioambientales de un pueblo indígena en el Nordeste de Brasil**. Tese (Doutorado em Recursos Naturais e Gestão Sustentável) - Universidade de Córdoba Departamento de Ciências Sociais e Humanidades. Córdoba, 2019

- BRANDÃO, C. R.; O Trabalho como Festa: Algumas Imagens e Palavras sobre o Trabalho Camponês Acompanhado de Canto e Festa. In: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v.1/GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- CABRAL, C. M.; **O Plano Brasil Sem Miséria e o Desenvolvimento Local na Comunidade de Logradouro – Sertão do Pajeú – Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2015.
- CALDART, R. S.; Sem Terra com Poesia: a Arte de Recriar História. São Paulo: **Expressão Popular**, 2017.
- CANDIDO, A.; **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Modos de Vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural**. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 3., Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CBA, 2005.
- CASADO, G. I. G.; MOLINA, M. G.; GUZMAN, E. S. **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Ediciones Munde-Prensa, Madrid – Barcelona – México, 2000.
- CLAVAL, P.; **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- COSTA, M. B. B.; **Agroecologia no Brasil: história princípios e práticas**. / 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**; Porto Alegre: v. 1, n. 4, p. 50-60, out./dez. 2000.
- De CARLI, C.; O Discurso Político da Agroecologia no MST: o Caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, **Pará. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 100 / 2013.
- FREIRE, P.; Ação Cultural para a Liberdade. **São Paulo: Paz e Terra**, 2007.
- GOMES, J.C.C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Org.). **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília – DF: **Embrapa Informação Tecnológica**, 2005.
- HAESBAERT, R.; LIMONAD, E.; O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas etc..., espaço, tempo e crítica**. N° 2(4), vol. 1, 2007.
- LEFF, E. Epistemologia ambiental. **São Paulo: Cortez**, 2001.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L.; História das Agriculturas no Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea. **São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD**, 2010.
- MORIN, E.; Introdução ao Pensamento Complexo. Tradução do francês Eliane Lisboa. – **Porto Alegre: Sulina**, 2006.
- PETERSEN, P.; LUCIANO, M. S.; GABRIEL, B. F.; SILVIO, G. A.; Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas** – 1. ed. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- ROSSET, P.; ALTIERI, M.; Agroecología Ciencia y Política. Perspectivas Agroecológicas. **Barcelona; Icaria Editorial**, 2017.
- SCOTT, J.; **Formas Cotidianas das resistências camponesas**. Revista Raízes. Campina Grande. Vol. 21, Nº 01, jan.–jun./2002.
- SOUZA, M. J. L.; O Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas / organizado por Iná Elias de Castro, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Correa. – 2ª ed. – **Rio de Janeiro; Bertrand Brasil**, 2000.
- THOMPSON, E. P.; Costumes em Comum. **São Paulo: Companhia das Letras**, 1998.
- TOLEDO, V. T.; BARRERA-BASSOLS, N.; La Memoria Biocultural. **Icaria Editorial**, 2008.
- ZIBECCHI, R.; Los Arroyos Cuando Baján. **Carcaixent: Baladre; Málaga: Zambra**, 2019.
- WANDERLEY, Maria Nazaré. O “Lugar” dos Rurais: o meio rural brasileiro moderno. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. 1997, **Natal. Anais... Natal: Centro de Convenções**, 1997.p. 38-47.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro de 1996.